

Até a água do DF vai escorrer pelo ralo do BRB? Salve a Serrinha do Paranoá!



» ISABEL SCHMIDT
Integrante da Associação Preserva Serrinha

» LUCIA MENDES

Professora do Departamento de Ecologia da UnB e integrante da Rede Biota Cerrado

As fraudes do Banco Master e como elas afetam a saúde financeira do Banco Regional de Brasília (BRB) entraram no centro das notícias brasileiras. Associado a esse escândalo financeiro, o desvelamento de uma “turma” que atua como milícia, ameaça pessoas por suas atuações e atividades profissionais e investigativas nos deixa ainda mais estarrecidos.

Mas há outras muitas vítimas dessa fraude bilionária e da gestão temerária do patrimônio público: todos os seres vivos que precisam de água. Sim, todos nós. Após menos de uma semana de análise da proposta estapafúrdia de usar bens públicos do Distrito Federal para garantir lastro a títulos fraudulentos comprados pelo BRB, a Câmara Legislativa aprovou o Projeto de Lei nº 2.175/2026. Colocaram nove imóveis públicos à disposição para serem negociados, vendidos e transformados em dinheiro para cobrir rombos milionários. Sim, bens dos contribuintes brasileiros entregues para cobrir roubos

gerados por fraudes, corrupção, extorsão e outros crimes.

Seria papel do Governo do Distrito Federal (GDF) e da Câmara Legislativa investigar e punir os responsáveis por esses crimes. Seria papel dos representantes da população defender interesses públicos, e não os seus interesses particulares. Em vez disso, o GDF inseriu nesse projeto de lei 716 hectares de Cerrado conservado, na Serrinha do Paranoá, como moeda de troca para manter a sobrevivência do BRB.

Será que isso importa? Pois bem, todos no DF conhecem o BRB, enquanto nem todos sabem onde é a Serrinha ou entendem por que o Cerrado é importante. Convidamos os leitores ao exercício de pensar de onde vem a água que bebem, se banham, com a qual cozinham.

A água que chega às nossas torneiras vem do Cerrado. É o Cerrado, com suas mais de 12 mil espécies de plantas, que permite que a água que só cai do céu durante a estação chuvosa corra limpa em nossos córregos, abasteça nossos lagos e reservatórios e mesmo nossos poços artesanais e pivôs na agricultura. São as raízes finas dos capins e as profundas árvores do Cerrado que permitem que a vida seja possível e climaticamente agradável no Planalto Central.

Ao entregar como moeda de troca 716 hectares de Cerrado conservado pela possibilidade de vender essas terras, como se não tivessem nada nelas, na tentativa de salvar um banco, o GDF está colocando em risco o futuro da população e do clima do DF. Trata-se de uma área quase três vezes maior que a RA XI (Cruzeiro), que abriga milhares de árvores, arbustos e capins de Cerrado que são casa

de animais icônicos, como as araras tão festejadas quando vistas pela cidade. Abrigam trilhas de caminhada e mountain bike e são área de recarga de aquífero com mais de 100 nascentes mapeadas, com córregos que contribuem diretamente para que água de qualidade chegue à população do DF.

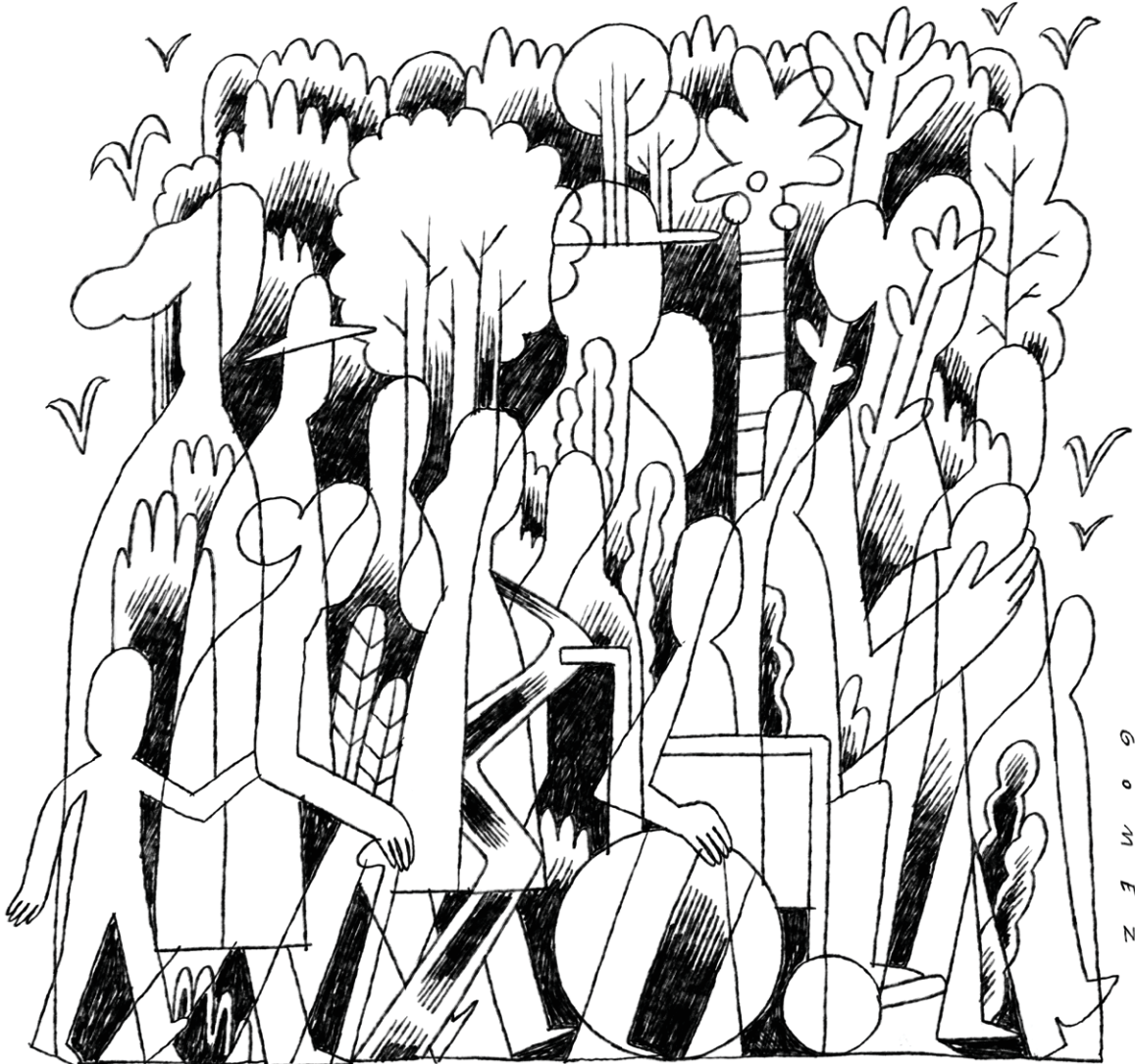
A cada hectare de Cerrado perdido, perdemos vidas que não são representadas nem valorizadas pelo atual governo e por boa parte dos deputados distritais. A cada hectare de Cerrado perdido, perdemos água que infiltraria e chegaria às nossas torneiras. A cada hectare de Cerrado perdido, perdemos a capacidade que o Cerrado tem de transpirar água e melhorar a umidade do ar que respiramos, inclusive no auge da estação seca.

Podemos nos permitir perder 716 vezes tudo isso? Podemos permitir que aqueles que foram eleitos para nos representar ameacem assim nosso presente e nosso futuro? Podemos deixar nossa água ir embora pelo ralo do BRB?

Problemas financeiros e corrupção não serão resolvidos gerando mais problemas ambientais. As crises ambientais e climáticas têm se tornado cada vez mais intensas e frequentes. Fingir que a Serrinha do Paranoá só tem valor como lastro de banco é tão ingênuo quanto achar que a água que usamos brota de nossas torneiras.

A população do DF não aceita entregar seu patrimônio para salvar um banco mal gerido e proteger corruptos! A população do DF valoriza sua água e seu Cerrado acima de governantes irresponsáveis e sem visão de futuro.

Salve a Serrinha do Paranoá! Salve o Cerrado, do qual dependemos para ter água e qualidade de vida, no DF e em todo país.



Brasil e Argentina



» JOSÉ SARNEY
Ex-presidente da República, escritor e imortal da Academia Brasileira de Letras

O Congresso, Câmara e Senado, aprovou o acordo comercial do Mercosul com a Comunidade Europeia. Embora ainda pendente da aprovação pelo Parlamento Europeu — mas com efeito parcial garantido pela Comissão Europeia —, o resultado dessa junção é a grande ampliação que passamos a ter do nosso mercado, que vai atingir oitocentos (ou mais quinhentos) milhões de pessoas, mais da metade com alto poder aquisitivo. Os países que compõem o Mercosul, assim, passam a ter um patamar que nos assegura uma grande participação no mercado mundial. Brasil e Argentina, os dois maiores países do grupo, passam a ter uma responsabilidade muito grande ao liderar essa participação da América do Sul.

Nossos países precisam estar unidos e o máximo possível ter posições conjuntas. Tenho afirmado sempre da minha luta pela união e integração do Cone Sul, que a única coisa que o homem não pode mudar é a geografia. Estamos juntos e estamos condenados — ou salvos — a viver juntos eternamente.

Aquele que perde a memória histórica arrisca-se a repetir erros do passado. A história das relações entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai foi marcada pelos desentendimentos. A questão do Prata, como caminho dominante do centro da América do Sul, criou rivalidades e alimentou disputas que

chegaram até nossas gerações.

Ao chegar à Presidência, eu levava a decisão firme de iniciar nova etapa das relações entre o Brasil e os demais países do Cone Sul. Isso aconteceu. As relações do continente mudaram, e devemos crescer juntos e juntos caminhar para o desenvolvimento. Lembremos uma vez mais Saens Pena, quando disse: “Tudo nos une, nada nos separa.”

Enviei a Buenos Aires, dois meses depois de assumir, meu ministro das Relações Exteriores, Olavo Setúbal. Tinha pressa. Queríamos estabelecer uma grande mudança. Nasceu meu encontro com Raúl Alfonsín, em Iguaçu, em novembro de 1985. Havia uma afinidade total em nossas visões. Ali conheci as virtudes extraordinárias desse homem, Estadista das Américas, grande patrimônio moral e político da Argentina.

Ele compreendia que deveríamos crescer juntos, mudar a história do continente, com a formação de um mercado comum entre nossos países. Alfonsín deu o primeiro passo importante para mudar a imagem de nossas diferenças. Visitou Itaipu. Ficou apenas uma foto, que sepultou a fantasiosa guerra das águas do Paraná.

Assinamos acordos básicos, inclusive o primeiro na área nuclear. Necessitávamos suprimir essa tentação de alguns setores militares de nossos países, a tentação do brutal, que seria uma corrida nuclear no Cone Sul. Depois, Alfonsín levou-me a Pilcaniyeu, e eu o trouxe a Aramar, locais onde cada um processava urânio. Ele inaugurou a nova usina brasileira, até então mantida em segredo, sob a jurisdição de nossa Marinha de Guerra.

O Uruguai, sob a liderança iluminada de Julio María Sanguinetti, juntou-se logo, e depois o Paraguai, como que aderiu aos princípios democráticos.

Nosso ideal era seguir o exemplo do mercado

comum europeu (a União Europeia se formou mais tarde, em 1992): integração econômica, estratégica, política e cultural.

Na Europa, há 75 anos, essa solução começou com o acordo sobre o carvão e o aço. Nosso projeto seria, também, por setores. Deveria dar passos firmes, para evitar retrocessos e frustrações. Estabelecemos um programa.

Onde nos equivocamos? No meu modo de ver, quando em julho de 1990, com os novos presidentes, os quatro países decidiram mudar os rumos e priorizaram a união aduaneira. Agora temos que voltar ao projeto inicial do mercado comum.

Os problemas que surgiram, que aparecem e crescem a toda hora, exigem dos envolvidos capacidade e paciência para negociar e uma decisão política firme de avançar e não retroceder. Sejam os vigilantes nessa direção. A economia é o transitório. O permanente são os ideais que nos uniram.

O balanço dos anos que vão da Ata de Foz do Iguaçu e a criação do Mercosul a nossos dias tem resultados positivos extraordinários. Mas nunca foi tão necessária a criação de espaços geopolítico-econômicos para aumentar o poder de competência e de defesa frente à concentração de riquezas, em um mundo globalizado.

O Mercosul é para que crescamos juntos, e não para empobrecermos juntos. É para criar uma poderosa plataforma de exportação e para participarmos firmemente da economia mundial.

Tenho uma imensa admiração pela Argentina, pelo seu povo, pela sua história, pela sua literatura. Quando vejo que as nossas relações estão em crise, fico apreensivo, mas sei que logo passará.

Agora, com nosso acordo com a União Europeia, mais do que nunca, devemos caminhar juntos e crescer juntos.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (litterina) // circecunha.df@dabr.com.br

Aqui não!

A crise envolvendo o Banco Regional de Brasília (BRB) ganhou dimensão política e fiscal após reportagens apontarem exposição relevante da instituição a ativos de alto risco vinculados ao chamado “Caso Banco Master”. Cobertura de veículos da imprensa tem destacado a complexidade contábil do episódio, incluindo operações estruturadas e aquisição de papéis cuja precificação e lastro passaram a ser questionados por analistas de mercado. Em paralelo, circulam estimativas preliminares de perdas potenciais que poderiam alcançar cifras bilionárias, elevando a preocupação com impactos sistêmicos. A responsabilidade institucional recai, em última instância, sobre o controlador do banco, o Governo do Distrito Federal.

Em bancos públicos, governança e gestão de risco não constituem apenas temas técnicos; representam compromisso direto com o erário. Caso operações com títulos de baixa liquidez e ativos depreciados sejam confirmadas como fonte de perdas expressivas, eventual necessidade de capitalização poderá pressionar as contas locais e, por consequência, o contribuinte brasileiro. Relatórios públicos e notas oficiais mencionados pela imprensa indicam que parte da estratégia recente incluiu reestruturação de carteira e venda de ativos para reforço de caixa. Tal movimento, descrito por analistas como venda acelerada ou “desalavancagem forçada”, costuma ocorrer quando instituições buscam recompor indicadores de capital. A literatura financeira aponta que liquidações em ambiente adverso frequentemente se dão com desconto relevante, cristalizando perdas que, em cenários de normalidade, poderiam ser administradas ao longo do tempo. Preocupação adicional surge quando ativos estratégicos entram no radar de alienação.

Matérias veiculadas localmente mencionam a possibilidade de colocação à venda de áreas de propriedade do banco — entre elas, terras na região da Serra do Paranoazinho, área sensível por sua relevância ambiental e por integrar a bacia que abastece o Lago Paranoá. Especialistas em recursos hídricos alertam que territórios de recarga aquífera têm valor ecológico superior ao meramente imobiliário, devendo qualquer negociação observar critérios técnicos rigorosos e transparência plena.

Comparações com episódios anteriores do sistema financeiro brasileiro reforçam a importância de resposta institucional tempestiva. Durante a crise bancária dos anos de 1990, programas de saneamento, como o Proer, envolveram injeção de recursos públicos para evitar colapsos sistêmicos. A diferença fundamental reside no fato de que, à época, tratava-se de estabilização macroeconômica nacional. No caso atual, discute-se uma instituição regional cujo controlador é o governo distrital, o que concentra impacto potencial sobre o orçamento local.

Dados do Banco Central mostram que indicadores de capitalização e provisão constituem principais amortecedores contra perdas inesperadas. Caso carteira de ativos apresente deterioração relevante, exigências regulatórias podem demandar reforço de capital. Em bancos públicos, tal reforço frequentemente decorre de aporte do ente controlador. Traduzido em termos fiscais, significa que recursos originalmente destinados a políticas públicas podem ser redirecionados para estabilização financeira.

Cobertura jornalística também registra questionamentos de parlamentares distritais quanto à extensão da exposição do BRB a operações estruturadas associadas ao Banco Master. Demandas por instalação de comissões de investigação e auditorias independentes refletem a compreensão de que transparência constitui elemento central para preservar confiança. O mercado reage não apenas a números, mas à qualidade das informações disponibilizadas. Venda apressada de ativos, quando percebida como tentativa de cobrir rombo contábil, tende a ampliar desconfiança.

Analistas financeiros observam que liquidação sob pressão reduz poder de barganha e pode comprometer patrimônio estratégico construído ao longo de décadas. Em banco público, patrimônio não pertence a acionistas privados dispersos, mas à coletividade representada pelo ente federativo. A transparência informativa cumpre papel preventivo, pois amplia escrutínio e incentiva correções tempestivas.

Risco maior reside na socialização de prejuízos. Se perdas se confirmarem em escala elevada, alternativas clássicas incluem capitalização pelo governo, redução de dividendos futuros ao Tesouro distrital ou reorganização societária. Cada uma dessas opções tem implicações orçamentárias. Em última instância, o custo pode refletir-se em menor capacidade de investimento público ou no aumento indireto da carga tributária local. O contexto exige serenidade analítica.

A presunção de irregularidade não substitui a auditoria técnica, assim como boatos não podem guiar decisões de política pública. Instituições financeiras públicas operam sob dever reforçado de governança justamente porque administram poupança e patrimônio de natureza coletiva. A confiança no sistema financeiro constitui ativo intangível de maior valor. Preservá-la requer luz plena sobre operações, responsabilidades claramente delimitadas e compromisso inequívoco com interesse público.

Frase que foi pronunciada

“Quem pariu o pato que o embale”

Dona Dita e a população de Brasília, se recusando a pagar dívidas do governo

História de Brasília

O IAPC abriu inscrição para financiamento da casa própria. Enorme multidão ocorreu à delegacia e não pôde fazer outra coisa senão escrever o nome num livro, porque não haviam chegados os formulários. (Publicada em 16/5/1962)